TERRITÓRIOS DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO: OLHARES GEOGRÁFICOS

BORDER TERRITORIES IN MATO GROSSO: GEOGRAPHIC VIEWS

TERRITORIOS DE FRONTERA EN MATO GROSSO: MIRADAS GEOGRÁFICAS

GABRIEL DE MIRANDA SOARES SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
E-MAIL: SOARES.UFMT@GMAIL.COM

GISELI DALLA NORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)
E-MAIL: GISELI.NORA@GMAIL.COM

Resumo:
Desde o início da construção territorial brasileira, Mato Grosso possui como característica marcante em seu território os espaços da fronteira. Apesar deste espaço ser tema de poucas pesquisas e análises, este artigo busca analisar os diferentes espaços da fronteira de Mato Grosso, com destaque aos municípios lindeiros, ou seja, que estão na linha de fronteira: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro, analisando as características socioespaciais destes municípios a partir de um panorama histórico e geográfico da formação dos espaços da fronteira. Como aporte metodológico, utilizou-se um levantamento bibliográfico e documental, tendo em vista a obtenção de informações sobre os aspectos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais da área em estudo. Ressalta-se que nossas analises demostram que os territórios da fronteira em Mato Grosso, possuem pouca dinâmica socioterritorial, baixa demografia e atividades econômicas ligadas a agropecuária.
Palavras-chave: Fronteira, Mato Grosso, território.

Abstract:
Since the beginning of the Brazilian territorial construction, Mato Grosso has as a remarkable characteristic in its territory the frontier spaces. Although this space is the subject of little research and analysis, this article seeks to analyze the different spaces on the border of Mato Grosso, with emphasis on the bordering municipalities, that is, that are on the border line: Caceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade and Comodoro, analyzing the socio-spatial characteristics of these municipalities from a historical and geographical overview of the formation of border spaces. As a methodological contribution, a bibliographic and documental survey was used, in order to obtain information about the historical, political, socioeconomic, and cultural aspects of the area under study. It is noteworthy that our analyses demonstrate that the frontier territories in Mato Grosso have little socio-territorial dynamics, low demography and economic activities linked to agriculture and cattle-raising.

Keywords: Border, Mato Grosso, territory.

Resumen:
Desde el inicio de la construcción territorial brasileña, Mato Grosso tiene como característica notable en su territorio los espacios de frontera. Aunque este espacio es objeto de poca investigación y análisis, este artículo pretende analizar los diferentes espacios de la frontera de Mato Grosso, destacando los municipios limítrofes, es decir, que se encuentran en la línea de frontera: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade y Comodoro, analizando las características socio-espaciales de estos municipios a partir de una visión histórica y geográfica de la formación de los espacios de frontera. Como aporte metodológico, se utilizó un relevamiento bibliográfico y documental, con el objetivo de obtener información sobre los aspectos históricos, políticos, socioeconómicos y culturales de la zona en estudio. Cabe destacar que nuestros análisis demuestran que los territorios de frontera en Mato Grosso tienen poca dinámica socioterritorial, baja demografía y actividades económicas vinculadas a la agricultura y la ganadería.

Palabras-clave: Frontera, Mato Grosso, territorio.

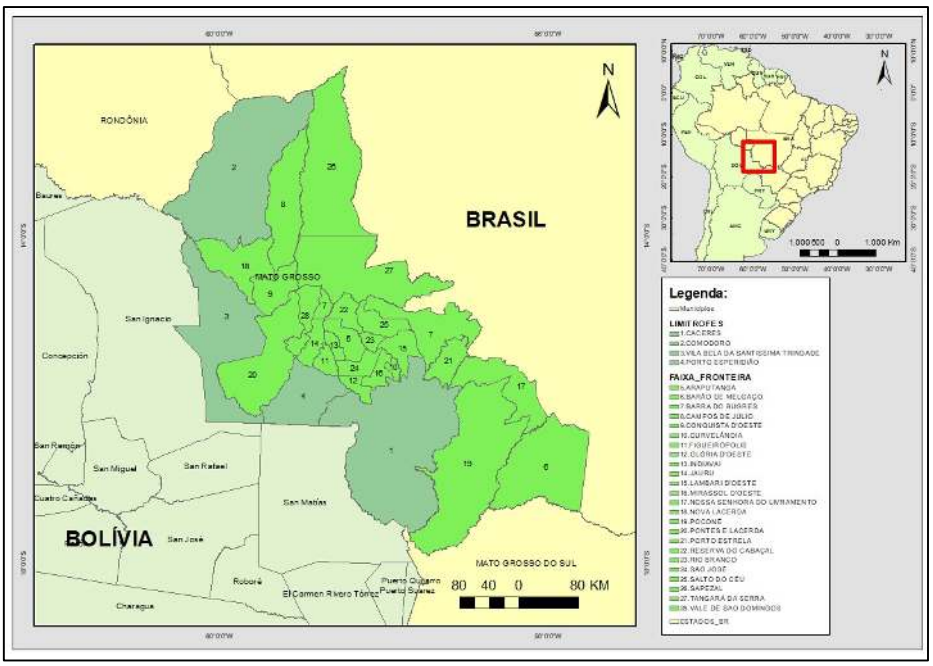
Introdução

A fronteira é um espaço de interações econômicas, sociais e culturais, uma simbiose única, mesclando diferentes elementos, o que a torna um espaço singular, com características próprias, fruto das interações que ocorrem entre os valores dos dois países vizinhos. Mato Grosso possui uma faixa de fronteira com cerca de 730 km com a Bolívia, no qual 450 km correspondem ao trecho central da linha divisória, que é constituída de linhas secas e 280 km de corpos d´água (SOUZA-HIGA, 2008).

Ao longo da linha da faixa de fronteira brasileira, especificamente as áreas mais próximas da linha limítrofe entre os dois países, há baixa demografia e uma considerável diversidade de situações ocupacionais, que envolvem desde assentamentos, com a presença de pequenos produtores e latifúndios que permanecem como reserva de valor (OLIVEIRA, 2007). Na fronteira boliviana, a densidade demográfica é ainda menor e as atividades ocupacionais produtivas não têm expressão econômica, restringindo-se à produção de subsistência (SOUZA-HIGA, 2018a).

A faixa de fronteira brasileira abrange quatro municípios lindeiros, ou seja, aqueles cujo território tem, como limite, a própria linha de fronteira, que são: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro. No território boliviano, duas províncias encontram-se em condição lindeira, são elas Velasco e Angel Sandoval, ambas pertencentes ao departamento de Santa Cruz. A província de Velasco conta com os municípios de San Ignácio de Velasco, San Miguel e San Rafael; já a província de Angel Sandoval, abrange somente o município de San Matias, como demostra a figura 1.

Figura 1: Faixa de Fronteira do Mato Grosso com a Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base em Brasil (2020).

As reflexões deste artigo possuem como base "[...] a espacialidade, entendida como olhar do geógrafo, o modo pelo qual a ação humana sobre a superfície terrestre é descoberta, analisada e interpretada (CORRÊA, 2018, p. 289).

Tais reflexões apresentam resultados da dissertação de mestrado intitulada: O ensino de geografia na fronteira oeste do Mato Grosso (Brasil) com a Bolívia: práticas curriculares e pedagógicas de professores no município de Cáceres – MT.

Como suporte metodológico, utilizou-se uma análise bibliográfica (livros, teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos científicos, jornais impressos, revistas) e documental (relatórios, dados estatísticos), tendo em vista a obtenção de informações sobre os aspectos históricos, políticos, socioeconômicos e culturais da área em estudo.

Concepções sobre os territórios de fronteira

Partindo da posição que a constituição do Estado-Nação está consolidada em um território, a fronteira surgiu sob as margens desses territórios, limitando-os em uma divisão administrativa vinculada ao conceito de Estado (MARTIN, 1998). O entendimento de fronteira converge com Oliveira (1994, p. 54), que pontua:

> O sentido de fronteira remete à ideia de limite, resultante da soberania de um Estado sobre determinado espaço. Portanto são os limites político-geográficos que conformam os territórios nacionais, dentro dos quais se organizam os diversos aspectos da vida social e do Estado.

Dessa forma, para compreender a fronteira, é necessário analisar a realidade específica dessa área, marcada pela identidade econômica e social. Fedatto (2005, p. 496) assinala que:

> Nesse enfoque, é necessário reconhecer que o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, também emerge como áreas abertas e trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos.

Ao longo da história, o termo fronteira ganhou diferentes significados, que para a Geografia, está estritamente ligado a questões político-administrativas, na demarcação de quando se inicia e termina um território de um Estado-Nação. Ferrari (2014, p. 4), ao analisar as origens do conceito de fronteira, pondera que

> [...] não há como negar que o senso político assumido pela fronteira coincide com o sistema moderno de Estado, mas a ideia de fronteira e

> limite parecem estar presentes nas chamadas sociedades primitivas ou tradicionais.

Girardi (2008, apud RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 144), frisa que "[...] falar de território é fazer referência implícita à noção de limite", que pode ou não ser traçado. "Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa" (p. 144), neste sentido, o território ganha um lócus privilegiado de análise quando se destaca o conceito de fronteira.

Na leitura do território nacional, sobre as questões fronteiriças, as definições do território a partir da leitura de Souza (2000, 2013), Raffestin (1993) e Santos (2009) apresentam um panorama para compreender esse espaço e suas relações.

Para Silva (2021), algumas análises sob o território na Geografia privilegiam a concepção de soberania nacional, já que "[...] a formação do aparelho estatal tem sido, tradicionalmente, um lócus da referência discursiva (isto é objeto de estudo) [...]" na análise territorial (SOUZA, 2013, p. 98).

Souza (2013, p. 90), ainda destaca que a palavra território é entendida como sinônimo de espaço geográfico, "[...] um espaço propriamente político, mas privilegiando-se o Estado-Nação e suas subdivisões político-administrativas"

Raffestin (2004, p. 10) destaca que a fronteira é muito mais que um "fato geográfico", que realmente é, pois, sua materialidade vai além. "Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão 'regere fines' que significa traçar uma linha reta (limites de controles), nas fronteiras, nos limites", no entanto, Oliveira (2015, p. 235, apud RAFFESTIN, 2005), considera que as fronteiras não são "como linhas coloridas ou pontilhadas postas sobre a fria cartografia sem múltiplas escalas, insípidas e a-históricas".

Para Oliveira (2015, p. 235), as fronteiras

> [...] foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos. Não são e não podem ser lidas como linhas adsorventes, visto que são trementes, pois oscilam ao hospedar apetrechos comunitários distintos, com interesses múltiplos associados e refletindo uma territorialidade [...].

Sob a interpretação de Cardoso e Moura (2017, p. 54), o conceito de fronteira se traduz na "[...] linha que marca o fim do alcance territorial de um sistema e o princípio de outro". Os autores ainda destacam que a abordagem do conceito de fronteira é entendida como uma:

> [...] relação entre estados nacionais, separados por limites físicos ou abstratos, e as conexões cotidianas de convivência, decorrentes da expansão do povoamento e da dinâmica econômica. É uma linha material ou imaginária, historicamente institucionalizada, que, contudo, esmaece-se diante dos movimentos de produção/construção real do espaço. Embora, em muitos casos, sejam ostensivamente cercadas pelos mais diversos aparatos de controle, as fronteiras e limites refletem e propiciam interdependências e dinâmicas inter-relacionais que extrapolam a formalidade, em ações capazes de suplantar, de forma legal ou não, as barreiras de sua existência (CARDOSO; MOURA, 2017, p. 54).

Sob esse prisma, Rodrigues (2015, p. 141) afirma que as fronteiras ganham um "redesenhar" ao longo dos processos de anexação e expansão territorial, ora retraindo ou expandindo seus limites. "Nesse movimento de delimitação de territórios e seus domínios é que a concepção de fronteira ganha significado".

Indo ao encontro da perspectiva de fronteira, tem-se apoio na leitura de Luciano (2015, p. 75), que pontua:

> Através das várias perspectivas pelas quais se pode olhar a fronteira, podemos analisá-la como um contrassenso, no sentido de que ao mesmo tempo em que é o limite de uma nação, que define lado A e B, é também a comprovação da inexistência destes dois, e abre a possibilidade no espaço-tempo para outra identidade. Pois a relação entre as pessoas que ali habitam é tão constante e intensa que esse limite simplesmente deixa de existir.

Neste sentido, o território brasileiro passa por esses movimentos nos diferentes tratados e acordos ao longo da construção territorial brasileira.

Base territorial brasileira: as configurações fronteiriças

As fronteiras brasileiras foram se moldando em diferentes momentos históricos, sendo que se destacam: o Tratado de Tordesilhas (1494), as Capitanias Hereditárias (1534), o Movimento das Bandeiras Paulistas, o Tratado de Madri – (1750), a Inconfidência Mineira (1789), o início da República (1889), os Territórios de Fronteira (1943) e a Pós-Constituição Federal (1988) (PÊGO et al., 2017).

Esses movimentos são resultado de diferentes períodos históricos ao longo do processo de formação territorial do Brasil. Assim, os escritos de Figueiredo (2016, p. 39) evidenciam que:

> [...] a análise da formação territorial brasileira está intrinsecamente comprometida com uma visão interligada dos processos e circunstâncias que moldaram, no tempo e no espaço, seu povoamento, a ocupação econômica de seu território e a ação do Estado no Brasil. Com efeito, pode-se afirmar que, no caso brasileiro, as

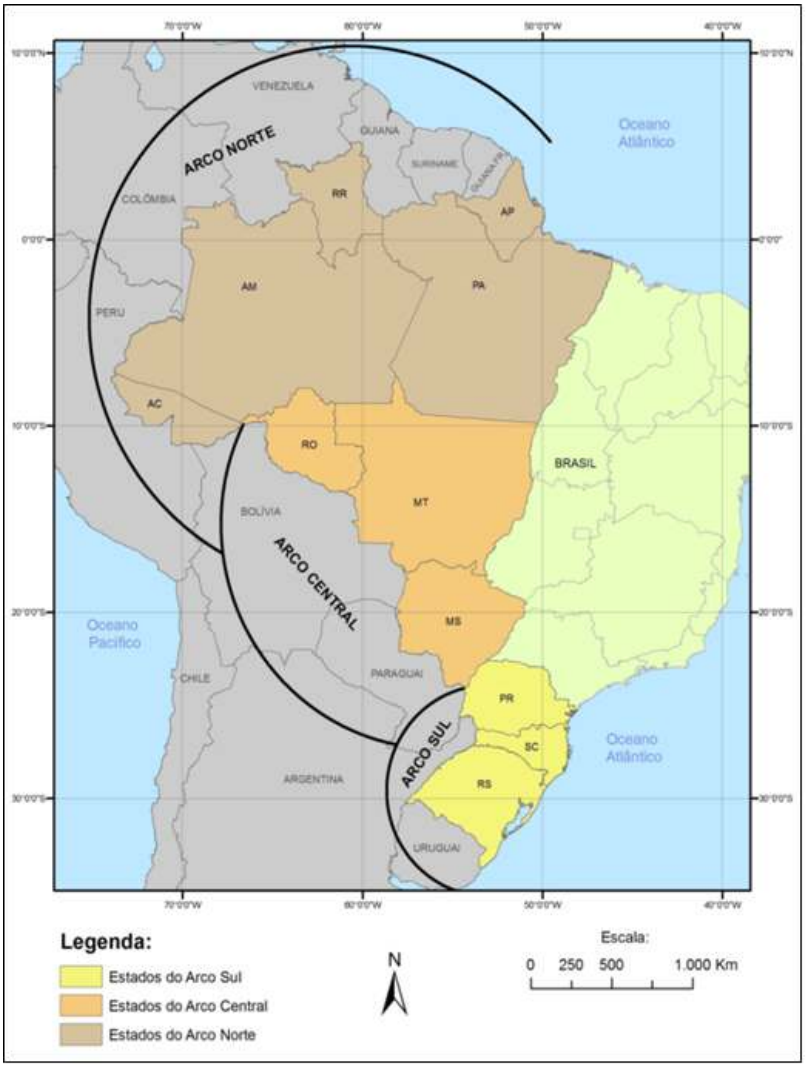
> histórias geopolítica e geoeconômica estiveram fortemente entrelaçadas na sua formação territorial, pautadas pela própria continentalidade e diversidade regional características do País.

A ocupação portuguesa teve início no século XVI e configurou o território no litoral do sudeste e nordeste, sendo que, ao longo dos séculos seguintes, impulsionados por diferentes ciclos econômicos, os portugueses exploraram as áreas à oeste em direção a Mato Grosso no centro da América do Sul. Assim, a fronteira brasileira acabou se reconfigurando diversas vezes ao longo dos últimos séculos, dando destaque às áreas ao sul do país e ao norte, onde o território nacional é expandido ou regredido (FIGUEIREDO, 2016).

O Brasil possui uma faixa de fronteira com cerca de 16,9 mil quilômetros de extensão, onze Unidades da Federação (UFs) e 588 municípios divididos em sub-regiões, nas quais habitam cerca de 11,7 milhões de pessoas, sendo que essa imensa área corresponde a, aproximadamente, 27% do território nacional (BRASIL, 2010a). Essa diversidade territorial apresenta-se com variadas intensidades sociais, econômicas e culturais ao longo da faixa de fronteira com outros nove países e um território ultramarino (francês) na América no Sul.

De acordo com os dados do Ministério da Integração Nacional (MI), toda a extensão territorial da fronteira terrestre brasileira está dividida em três grandes arcos: Norte, Central e Sul. As UFs que compõem o arco Norte são: Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, já as UFs que integram o arco Central são: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no arco Sul estão: Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (BRASIL, 2005), como apresenta a figura 2 a seguir.

Figura 2: Arcos de Fronteira do Brasil



Fonte: Adaptado pelo autor (2020) com base em Carneiro Filho e Camara (2019).

Como demonstram os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), os três arcos têm características distintas. O arco Norte possui como característica a presença da floresta Amazônica, o arco Central possui estreito vínculo com a fronteira agrícola e o arco Sul apresenta a base

produtiva nas culturas do milho, trigo, soja e na marcante presença da agroindústria (BRASIL, 2019).

Diante desse mosaico territorial ao longo da fronteira brasileira, o arco Sul é o que mais se destaca pela grande dinamicidade socioeconômica. Cabe também sublinhar que as áreas dos outros dois arcos possuem uma menor população e algumas barreiras naturais, a exemplo da Floresta Amazônica e, no arco Central, o Pantanal.

Gatti (2011, p. 74) evidencia que "a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são setores econômicos que compõem a base produtiva", nas áreas de fronteira do arco Central, o autor também salienta que os estados do arco Sul se destacam, já que possuem uma maior especialização territorial, enquanto os estados do norte, uma menor especialização industrial.

O enfoque de análise está no arco Central, na área de fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Para Gatti (2011, p. 74), a área de fronteira de Mato Grosso é caracterizada por:

> [...] grande diversidade de paisagens resultantes de diferentes modos de ocupação e pela busca de sobrevivência de suas comunidades resultantes de estruturas produtivas com características específicas ditadas, pela herança sociocultural e, pela ação do capitalismo, que de forma seletiva e cheia de desigualdade tem permeado este espaço.

Neste sentido os espaços da fronteira em Mato Grosso possuem espaços heterogêneos em relação a faixa fronteira do Brasil, no próximo tópico destacamos a diversidade territorial.

Faixa de fronteira: tipologias e diversidade territorial

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define que a faixa de fronteira nacional corresponde à área de 150 km de largura disposta ao longo da linha fronteiriça com os países vizinhos. Já a Bolívia, define que sua faixa de fronteira tem 50 km de largura. Em relação ao Brasil, a Constituição brasileira define três características para as áreas fronteiriças:

> a) municípios de faixa de fronteira, isto é, que estão dentro da faixa de 150 quilômetros da linha demarcatória oficial, conforme a Constituição brasileira de 1988; b) municípios na Linha de fronteira, que estão próximos a uma faixa de poucos metros, que as comissões limítrofes reservam nas fronteiras urbanas e; c) municípios fronteiriços que são denominados de cidades geminadas, por serem cidades que se desenvolveram nos limites de países vizinhos (PEREIRA, 2009, p. 52).

Diante da diversidade territorial na faixa de fronteira no Brasil, Gatti (2011) evidencia as diferentes tipologias de interações fronteiriças, ressaltando os cinco modelos que fundamentam as interações: Margens, Zona Tampão, Frente, Capilar e Sinapse. Essas características variam de acordo com as diferenças geográficas, as interações com os países vizinhos e demais órgãos de Estado (BRASIL, 2005).

Segundo dados do Ministério das Relações Internacionais (BRASIL, 2005), constata-se que a faixa de Fronteira do Mato Grosso é caracterizada como fronteira de Frente pioneira, com baixa densidade demográfica e populacional, por isso recebe menos investimentos de programas federais e estaduais que fomentam o desenvolvimento desse espaço (FERREIRA, 2017).

Para o Ministério das Relações Internacionais, a área de fronteira internacional é compreendida como,

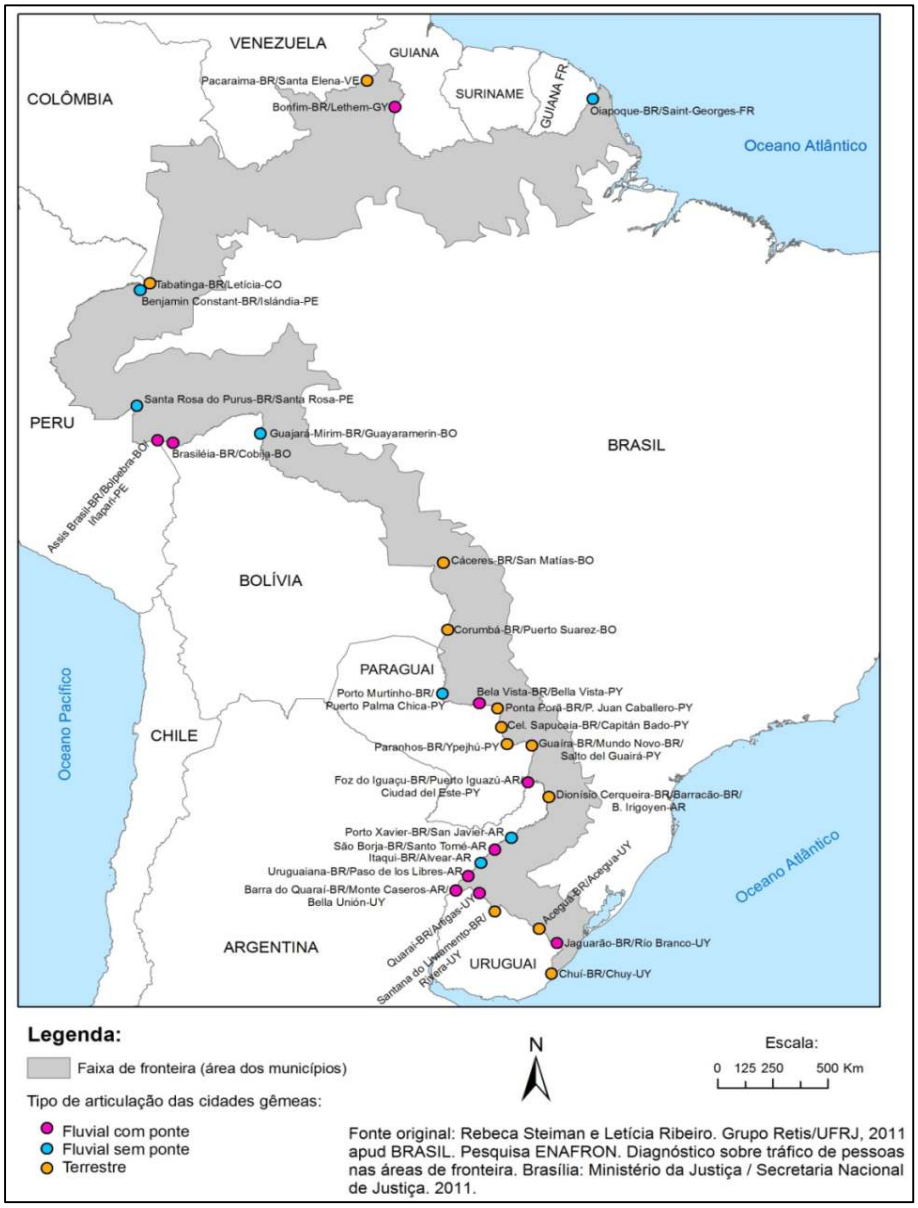
> [...] uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas" (BRASIL, 2005, p. 21).

Ferrari (2014, p. 22) entende essa área como:

> [...] espaço que emerge do limite institucionalizado; ela se encontra na confluência entre dois territórios nacionais porém, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete à ideia de ligação entre os territórios, e para apreendê-la é necessário abandonar o conceito clássico de território e considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite, pois se trata de outra territorialidade que submetida à fronteira linha vai reconfigurar o espaço territorial dividido.

Neste sentido, as zonas de fronteiras são compreendidas como "[...] espaço que se encontra na confluência entre dois territórios nacionais" (FERRARI, 2013, p. 88). Na figura 3, a seguir, podem-se observar as cidades gêmeas presentes no território brasileiro.

Figura 3: Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas



Fonte: Adaptado: Carneiro Filho (2014) - Grupo Retis – UFRJ (2011).

Ao apoiar-se na Portaria nº 123, de 2014, do Ministério da Integração Nacional, Santana (2018, p. 77) assinala que as cidades-gêmeas:

> [...] estão em municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e da cidadania.

Em conformidade com a Portaria nº 213, de 2016, do Ministério da Integração Nacional, no Brasil, existem cerca de 32 cidades gêmeas, localizadas ao longo dos três arcos da fronteira brasileira terrestre, sendo que a supracitada portaria apresenta, em seu artigo 1º, o conceito de cidades gêmeas:

> [...] como adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2016).

Para a definição dos critérios na formalização de uma cidade gêmea, Pêgo, Moura e Nunes (2019, p. 41) pautam-se no conceito de Machado (2005), em que analisam:

> i) as localidades; ii) a Unidade da Federação (UF) em que se localizam; iii) o tipo (se cidade ou povoado); iv) a população urbana referente ao ano 2000; v) a localidade correspondente ou mais próxima; vi) o país; vii) o tipo da localidade; viii) o tipo de articulação (se fluvial, com ou sem ponte, ou se fronteira seca); e ix) o tipo de interação

> transfronteiriça (se capilar, em sinapse, ou frente indígena).

Tendo como base a proposta do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (BRASIL, 2005) e a Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, elaborada pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF), neste documento, cidades gêmeas foram consideradas:

> Adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – [que] apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2010b, p. 21).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um estudo realizado no ano de 2016, com base na concentração populacional, faz a referência a "arranjos fronteiriços" que correspondem:

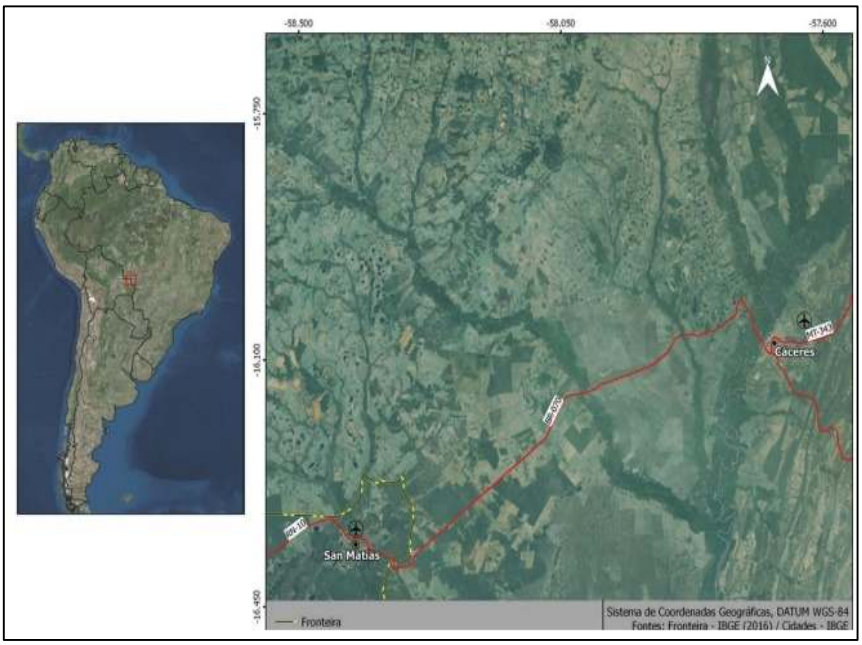
> A arranjos populacionais formados por unidades político-administrativas localizadas na fronteira internacional do Brasil e de países vizinhos que apresentam contiguidade da mancha urbanizada e movimento pendular para trabalho e estudo (PÊGO, et al., 2019, p. 41).

No cenário regional de Mato Grosso, destacam-se as cidades gêmeas de Cáceres e San Matias – Bolívia – que foram classificadas, inicialmente, como cidades irmãs, já que a distância entre ambas é de 100 km, como demonstra a figura 4, a seguir, sendo que essa classificação leva em consideração o:

> Acordo transfronteiriço firmado pelos municípios, em abril de 2013, quando foi criado o Comitê de Integração Bilateral Cáceres/San Matías. Esse reconhecimento e o acordo prescindem a necessidade da articulação física dos centros, mas impõem o estabelecimento de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento e a aspectos políticos, econômicos e culturais (PÊGO et al., 2019, p. 23).

No entanto, após a conclusão do estudo técnico da viabilização da "cidade gêmea" Cáceres (Brasil) – San Matias (Bolívia), em que foram ressaltados os critérios e as metodologias adotados no referido estudo, dando ênfase para a portaria do MI de nº 213, de 2016, foi sugerida, pelos estudos e pareceres técnicos do IPEA, a inserção de Cáceres na lista de cidades gêmeas brasileiras.[1]

Figura 4: Localização de Cáceres e San Matias



Fonte: IPEA (2018), adaptado pelo autor (2021).

[1] A inclusão de Cáceres na lista de cidades gêmeas foi formalizada através da publicação da Portaria de nº 1.080, de 24 de abril de 2019.

Apesar de Cáceres sobressair-se no arranjo fronteiriço de Mato Grosso, o contexto histórico de ocupação do território do estado está ligado a questões fronteiriças desde o período do Brasil colonial, sendo que tais questões ganharão ênfase em seguida.

O espaço fronteiriço de Mato Grosso

A ocupação de Mato Grosso teve início no século XVIII, com o avanço da fronteira oeste, sendo que as terras do lado oeste pertenciam ao governo espanhol e, do lado leste, ao governo português. O Tratado de Tordesilhas foi assinado em junho de 1494 e dividia o mundo em paralelos imaginários entre as maiores monarquias daquele período (TAVARES, 2011).

De acordo com os escritos de Santos (2020, p. 198), a Coroa Portuguesa promoveu uma fase expansionista:

> [...] Este movimento foi tão forte que 'empurrou' o limite de Tordesilhas mais a Oeste de seu eixo, adequando-o às necessidades portuguesas de apressamento e de exploração aurífera [...], ao mesmo tempo, resultou na colonização através da ocupação sistemática das terras finalizando com a independência do Brasil e o início da monarquia brasileira (1822).

Segundo Tavares (2011, p. 19), os principais responsáveis pelo avanço da fronteira oeste foram os bandeirantes paulistas, que, com as grandes bandeiras, desbravavam o interior do continente:

> Com o objetivo de aquisição de mão de obra barata, uma vez que o tráfico negreiro já sofria restrições, o que tornava a atividade muito onerosa, constituindo a prisão de indígenas como uma alternativa vantajosa, por não ocasionar custos elevados. Os bandeirantes faziam estas longas expedições, com [...], interesse, afinal, o comércio de escravos indígenas era lucro

> garantido para seus capturadores (TAVARES, 2011, p. 19).

A atividade mineradora também ganhou destaque no processo de ocupação do estado. A capitania de Mato Grosso foi criada, após a descoberta de jazidas auríferas, onde hoje se encontra Cuiabá, de modo que a Coroa Portuguesa, com o objetivo de expandir seus territórios e explorar a mineração do metal precioso, tratou de ocupar a região. Assim, além da exploração mineral, os portugueses ainda impediam o avanço da Coroa Espanhola sobre esse território (MORENO; SOUZA-HIGA, 2017).

Rosa et al., (2016, p. 5) descrevem que a criação da capitania de Mato Grosso aumentou a tensão entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, de forma que:

> [...] legitimam a possessão portuguesa nesta parte da Colônia. O significado prático desta combinação de elementos políticos institucionais é a transferência para o controle da Coroa portuguesa da organização de um processo de ocupação territorial que até então acontecera a partir de interesses comerciais estritamente privados. Ao mesmo tempo, porém, a intensificação do controle da metrópole sobre a região será também geradora de tensões, uma vez que as costumeiras rotas de passagem de contrabando recebem a produção das minas recém-descobertas.

Assim, em 1748, ao criar a capitania de Mato Grosso, a Coroa Portuguesa buscava efetivar suas conquistas territoriais na América lusa (JESUS, 2011). A autora ainda ressalta que a proximidade com os domínios espanhóis levou a Coroa Portuguesa a fundar, em 1752, a capital da capitania em Vila Bela da Santíssima Trindade, instalando ali o aparato administrativo.

Naquele período, a capitania de Mato Grosso fazia limites com as capitanias do Grão-Pará, de São Paulo e de Goiás e com os governos de Chiquitos e Moxos, totalizando 48 mil léguas quadradas[2] de extensão, possuindo, ademais, dois distritos: o do Cuiabá, cujo principal núcleo urbano era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e o do Mato Grosso, cujo principal núcleo era Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) (JESUS, 2011, p. 18).

Observa-se que, naquele período, pela capitania de Mato Grosso era possível articular o território espanhol e ao mesmo tempo as áreas setentrionais da América portuguesa por meio dos transportes fluviais na Bacia Amazônica e Platina. Essas características levavam a capitania de Mato Grosso a um patamar ímpar no território português, "uma ideia de múltiplas fronteiras", como evidencia Jesus (2011, p. 19, grifos da autora):

> [...] a capitania de Mato Grosso era mineira como as Gerais e fronteira geopolítica como o Rio Grande, mas diferente desses dois territórios por congregar essas duas características que demarcavam sua especificidade no cenário imperial português. Portanto, Mato Grosso era uma capitania fronteira-mineira.

Expresso em outros termos, o território de Mato Grosso, desde o início da sua ocupação pelos bandeirantes, já se encontrava na condição de fronteira, fato descrito por Silva (2011, p. 9): "Temos que considerar que estamos falando de uma capitania de fronteira."

> [...] Observa-se também que a construção do território na fronteira oeste das colônias portuguesas como um espaço marcado pela

[2] Uma légua é uma medida itinerária equivalente a 6 quilómetros.

> rigidez da administração militar e a finalidade econômica clara de extração aurífera" (ROSA et al., 2016, p. 6).

Com a diminuição da exploração de ouro, diante do esgotamento das minas já em exploração, os mineradores foram em busca de áreas ainda não exploradas. Em 1835, Cuiabá foi promovida ao posto de capital da capitania de Mato Grosso.

Em novembro de 1864, teve início a Guerra da Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai. Dessa forma, a tentativa de invasão do território brasileiro apresentava-se como retaliação às relações entre o Brasil e o Paraguai. O exército paraguaio chegou a ocupar parte do território brasileiro e o território de Mato Grosso foi palco de diversas batalhas, sendo que a Tríplice Aliança saiu vencedora em abril de 1870 (JESUS, 2011).

Naquele período, o território de Vila Bela da Santíssima Trindade serviu como ponto estratégico para as tropas brasileiras, já que o município se encontra na faixa lindeira da fronteira com a Bolívia e, ao sul, próxima do Paraguai.

Diante dos acontecimentos em meados do século XIX, com a transferência da capital para Cuiabá, e com o fim da Guerra do Paraguai, os espaços da faixa de fronteira em Mato Grosso recebem pouca atenção, transformando-se em grandes áreas de produção agropecuária, destinadas principalmente a pecuária, com baixa dinâmica socioterritorial.

Espaços da fronteira: cenários contemporâneos

No cenário contemporâneo, Mato Grosso faz fronteira com a Bolívia, sendo que a faixa fronteiriça estende-se por cerca de 730

km, sendo que 280 km por corpos d´água e 450 km são constituídos por linhas secas (SOUZA-HIGA, 2008).

A linha de fronteira abrange quatro municípios lindeiros, ou seja, que se encontram na linha de fronteira, que são: Cáceres, Porto Esperidião, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro, além de 24 municípios da faixa de fronteira dispostos no quadro 1.

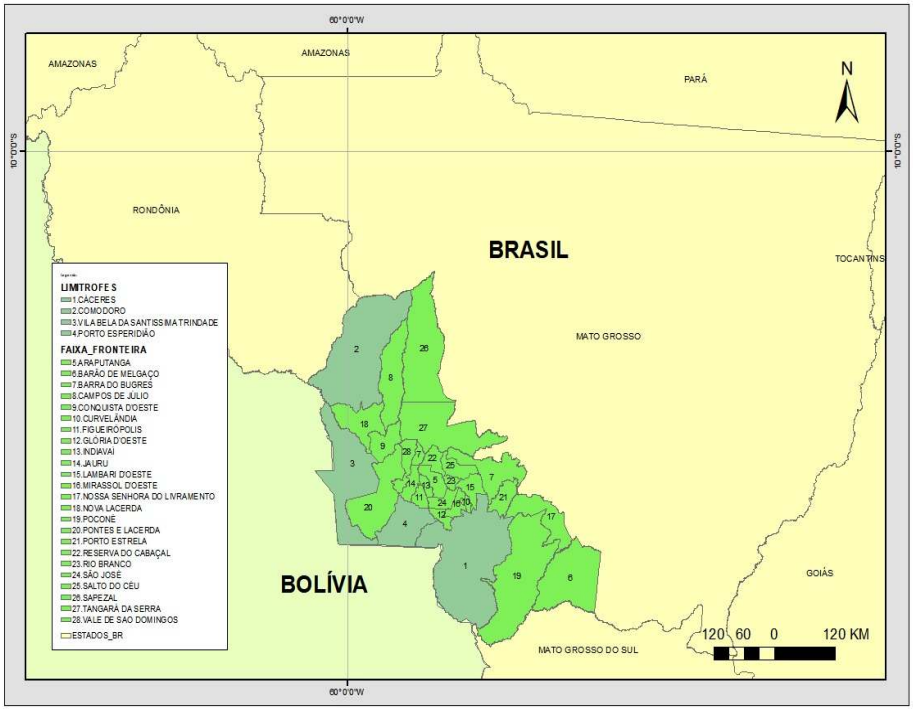
Quadro 1: Municípios da Faixa de Fronteira do Brasil (Mato Grosso) com a Bolívia

Número	Municípios	Número	Municípios
1	Araputanga	13	Nossa Senhora do Livramento
2	Barrão de Melgaço	14	Nova Lacerda
3	Barra do Bugres	15	Poconé
4	Campos de Júlio	16	Pontes e Lacerda
5	Conquista d'Oeste	17	Porto Estrela
6	Curvelândia	18	Reserva do Cabaçal
7	Figueirópolis d'Oeste	19	Rio Branco
8	Glória d'Oeste	20	Salto do Céu
9	Indiavaí	21	São José dos Quatro Marcos
10	Jauru	22	Sapezal
11	Lambari d'Oeste	23	Tangará da Serra
12	Mirassol d'Oeste	24	Vale de São Domingos

Fonte: Brasil (2005) – adaptado pelo autor (2021).

A figura 5 apresenta os municípios lindeiros e a faixa de fronteira Mato Grosso – Bolívia.

Figura 5: Municípios Lindeiros e Faixa de Fronteira Mato Grosso-Bolívia



Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base em Brasil (2020).

No território boliviano, duas províncias encontram-se na condição de lindeiras, são elas: Velasco e Angel Sandoval, ambas pertencentes ao departamento de Santa Cruz. A província de Velasco abrange os municípios de San Ignácio de Velasco, San Miguel e San Rafael; já a província de Angel Sandoval, envolve somente o município de San Matias (SOUZA-HIGA, 2018a). Essa área é caracterizada pela:

> [...] expressiva diversidade de paisagens econômicas e socioculturais, resultantes dos diferentes processos de ocupação e da busca de sustentação de suas comunidades que geraram, ao longo do tempo, estruturas produtivas com características específicas, permeadas, de um lado, pela herança sociocultural e, do outro, pela lógica do desenvolvimento capitalista que, de

> forma seletiva e desigual, tem permeado este espaço (SOUZA-HIGA et al., 2017, p. 13).

Sobre as condições socioeconômicas dessa área fronteiriça, Souza-Higa (2008) assinala que os movimentos são cotidianos e acontecem por fatores variados, em busca de comércio, saúde e educação. Neste sentido, Pereira (2009, p. 54) ressalta que:

> [...] a fronteira agrega especificidades que demandam no mínimo ações conjuntas dos países envolvidos, pois as condições de existência na fronteira tocam a todos que residem nestas áreas, portanto a fronteira é uma zona constante de fluxos e complementaridades e a educação cumpre um papel fundamental na integração.

Souza-Higa (2018b, p. 43) afirma, também, que os municípios e províncias lindeiras possuem diferentes características, quando se comparam os contextos históricos, políticos e econômicos. Ao analisar o espaço fronteiriço boliviano, a autora ainda frisa:

> Em relação à Bolívia, a área da faixa de fronteira com Mato Grosso exibe uma relativa uniformidade em termos econômicos, pois, em toda sua extensão, predominam a agricultura de subsistência e a intensa exploração madeireira voltada para a exportação, em sua maioria na forma de tora e sem nenhum valor agregado. Ademais, dispõe, em geral, de pouca infraestrutura e poucos investimentos estatais ou, mesmo, privados (SOUZA-HIGA, 2018b, p. 43).

No contexto brasileiro, destaca-se o município de Cáceres, sobressaindo-se no cenário regional Centro-Sul de Mato Grosso, como principal prestadora de serviços na região, sendo que a grande maioria dos moradores dos municípios que compõem a faixa de

fronteira procura produtos e serviços ligados ao comércio, saúde e educação.

De acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2010a), no último Censo, o município contava com uma população de 87.942 habitantes, já em 2021, a população estimada era de 95.339 habitantes, sendo que cerca de 87% vivem na zona urbana e 13% na zona rural (BRASIL, 2010a), isso além de "despontar como a unidade que detém a melhor logística e maior expressividade econômica" na faixa de fronteira (SOUZA-HIGA, 2018, p. 44).

O processo de migração é observado com intensidade na região de fronteira, principalmente entre os municípios de Cáceres e San Matias. Segundo os dados do IPEA (2020), Cáceres possui uma população estrangeira com cerca de 410 habitantes, o que correspondia a 0,4% do total de residentes no município, além da população que vive em movimento pendular, sobretudo, em busca de serviços essenciais como saúde e educação. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) indicam que, em 2019, houve a entrada de cerca de 1.146 imigrantes em Mato Grosso e, em 2020, cerca de 338 (CAVALCANTI, et al., 2020).

O município de Porto Esperidião possui sua economia com base na agropecuária, "com a presença de grandes fazendas pecuaristas modernas e de pequena produção agrícola, principalmente" (SOUZA-HIGA, 2018, p. 44). Segundo estimativas do IBGE, em 2021, o município possuía uma população 11.031 habitantes, com cerca de 40% habitando o espaço urbano e 60% na área rural (BRASIL, 2021).

Vila Bela da Santíssima é o município lindeiro com menor expressão econômica na fronteira de Mato Grosso, por conta de sua localização no extremo sudoeste do estado as atividades econômicas

se pautam nas atividades pecuaristas. Souza-Higa (2018a, p. 44) ainda destaca que:

> [...] Em seu território predominam grandes propriedades, muitas das quais foram mantidas, por longo tempo, praticamente improdutivas ou ocupadas com a pecuária extensiva. Nas últimas décadas, foram observadas mudanças, ainda incipientes, na sua dinâmica econômica, com a inserção de muitas fazendas pecuaristas no sistema mais intensivo de produção, voltado para a cria e recria de bovinos. Tem-se registrado, também, a ocorrência de fazendas voltadas para a agricultura em grande escala, mas, ainda, sem impactos para a economia municipal.

De acordo com estimativa do IBGE para 2021, Vila Bela da Santíssima Trindade possui 16.412 habitantes, sendo que cerca de 35% habitam a área urbana e 65% na área rural (BRASIL, 2021). "A baixa taxa de urbanização é um indicador do pequeno poder de influência da cidade sobre o entorno regional e da restrita atração de investimentos" (SOUZA-HIGA, 2018a, p. 44).

Comodoro é o município que se localiza na parte mais setentrional da faixa fronteira mato-grossense com a Bolívia. Cabe enfatizar que é um dos municípios mais extensos do estado, com uma área de aproximadamente 21.484 km² (BRASIL, 2021). Sobre a base econômica do município, Souza-Higa (2018a, p. 45) esclarece:

> [...] Seu padrão de ocupação evidencia diferentes níveis de emprego tecnológico. Assim, ocorrem desde fazendas de pecuária extensiva até propriedades de agricultura produzida com aparatos tecnológicos e sistemas de manejos modernos, voltadas para o mercado externo, o que é observado pelo aumento das áreas plantadas com soja e pelo crescimento dos rebanhos bovinos.

Em Comodoro, segundo estimativa do IBGE para 2021, vivem 21.249 habitantes, sendo que aproximadamente 30% vivem no meio rural e 70% no espaço urbano.

Diante deste mosaico territorial da fronteira de Mato Grosso, os municípios que se encontram na condição lindeira possuem baixos índices de população e poucos investimentos em políticas públicas ligadas a saúde, educação e infraestrutura.

No cenário econômico a agropecuária se apresenta como principal atividade econômica na fronteira com destaque a pecuária, onde segundo dados do IBGE e do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), Mato Grosso concentra cerca de 32 milhões cabeças de gado, entre os municípios lindeiros, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade possuem juntos cerca 2 milhões de rebanho bovino (MATO GROSSO, 2022), tais características evidenciam o processo de ocupação na área de fronteira, onde se destina vastas áreas a esta atividade econômica.

Considerações finais

A construção territorial brasileira se inicia na região nordeste e avança em direção ao centro-oeste com as excursões dos bandeirantes em busca de metais preciosos, tais movimentos transformam os espaços de fronteira na colônia e reconfiguram o território português, que através dos diferentes tratados e acordos conquistam novos territórios no centro da América do Sul.

O território de Mato Grosso é formado através destes movimentos de avanço da fronteira oeste, onde além de fronteira geopolítica, também é uma fronteira de mineração, já que grandes quantidades de ouro são encontradas neste espaço.

A concepção de território e fronteira apresentadas nas discursões deste artigo, refletem o entendimento deste conceito na Geografia, que inicialmente estão ligados a concepção do território do Estado-Nação, e posteriormente segue relacionado as questões socioterritoriais, compreendendo outros aspectos deste espaço, como a dinâmica populacional, cultural e econômica destes espaços.

As atividades econômicas se concentram na agropecuária, com a concentração de grandes áreas para a atividade pecuária, concentrando tais atividades econômicas nos espaços rurais dos municípios lindeiros. Tal situação evidenciam a baixa dinâmica demográfica se comparado a outras unidades da federação que também possuem territórios na fronteira.

A população Mato-grossense se concentra nos espaços urbanos, no entanto nos municípios lindeiros essa dinâmica se inverte e a população ocupa em grande maioria os espaços rurais, já que as atividades econômicas e os postos de trabalho estão neste espaço, justificando os baixos índices de urbanidades.

Tais características evidenciam que os espaços da fronteira em Mato Grosso, possuem pouca dinâmica socioterritorial, baixa demografia e espaços em espera de investimentos públicos ligados principalmente as áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Brasília: IBGE, 2010a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: GTIIF, 2010b.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/ content/id/21772550/do1-2016-07-20-portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE **Cidades**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019. Inclui o município no anexo da Portaria no 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 abr. 2019. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=10&data=29/04/2019&captchafield=firstAccess. Acesso em: 23 ago. 2021.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa. Regiões de Fronteira e Fluxos Migratórios: O caso do Paraná. *In*: PENHA, Bruna; DESIDERA NETO, Walter Antônio; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). **O Mercosul e as Regiões de Fronteira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 53-100.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; OLIVEIRA LEMOS, Bruno de. Brasil e Mercosul: Iniciativas de Cooperação Fronteiriça (Brazil and Mercosur: Border Cooperation Initiatives). **Acta Geográfica**, p. 203-219, 2014.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. **Revista Confins (online)**, n. 4, p. 1-18, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; MACÊDO, Marília F. R. de. **Imigração e Refúgio no Brasil.** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 10 maio 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados.** São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. *In*: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 495-510.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Revista perspectiva geográfica**, Cascavel, v. 9, n. 10, p. 1-25, 2014.

FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, ciudades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte y Território**, v. 1, p. 87-103, 2013.

FERREIRA, Evaldo. A Relação entre cidades irmãs na Faixa de Fronteira: O caso de Cáceres – Mato Grosso/ Brasil e San Matías – Bolívia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 64, p. 87-103, jun. 2017.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de. Formação Territorial Brasileira. *In*: FIGUEIREDO, Adma Hamam de. (Org.). **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. p. 10-39.

GATTI, Flávio. **Turismo Internacional sob Enfoque da Política de Externa de Integração Regional**: Potencialidades, perspectivas e experiências turísticas entre Mato Grosso e Bolívia. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 15 fev. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Descaminhos com o território. *In*: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET. Marcos Aurélio. (Orgs.). **Territórios e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global:** Dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim Mercado de Trabalho -** Conjuntura e Análise n. 69. Brasília: Ipea, 2020.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste**: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

LUCIANO, Patrícia Franco. Ensino de Geografia em área de fronteira: uma análise a partir das práticas docentes em escolas estaduais de Amambaí (MS). **Revista MovimentAção**, Dourados, v. 02, n. 02, p. 71-85, 2015.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MATO GROSSO. Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso. **Pecuária de Mato Grosso quebra recorde e rebanho atingue 32,7milhões de cabeças.** Disponível em < http://www.indea.mt.gov.br/-/18851655-pecuaria-de-mt-quebra-novo-recorde-e-rebanho-atinge-32-7-milhoes-de-cabecas> Acesso em 13 de jul. 2022

MORENO, Gislaine; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso. **Geografia de Mato Grosso:** Território, sociedade e ambiente. 2. ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Naia. Áreas de fronteiras na perspectiva da integração Latino-Americana. *In*: CASTELO, Lehnen; CASTELLO, Iara; SHAFFER, Neiva. (Org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994. p. 52-63.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas–reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 233-256, 2015.

PÊGO, Bolívar et al., (Orgs.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. Brasília: Ipea: MI, 2017. v. 2.

PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa; NUNES, Maria. interações entre Cáceres (Mato Grosso) e San Matias (Bolívia): a pertinência de uma nova cidade gêmea brasileira. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília: Ipea; MDR, n. 21, p. 39-47, jul./dez. 2019.

PEREIRA, Jacira H. do V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2009.

POSSE, Ernesto Gonzales. Marco concepctual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. *In*: BONETTI, Ernesto et al. **Frontere, integración y después...:** el desarrollo regional integrado, un aspecto específico de la integración nacional. Montevideo: Logos, 1991.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 9-15.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: ENS éditions, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. **Por una Geografía del Poder**. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2004.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista produção acadêmica - núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ NUBRA,** Porto Nacional, n. 2, 2015. p. 139-157.

ROSA, Lilian da; et al. Aspectos Históricos da Ocupação em Mato Grosso. *In*: II SEMINÁRIO GOVERNANÇA DE TERRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2016, Campinas. **Anais** [...]. Campinas, 2016.

SANTANA, Maria Luiza da Silva. Práticas Pedagógicas na Região de Fronteira: Um olhar a partir de Ponta Porã. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 1, p. 75-88, jan./mar. 2018.

SANTOS, João Bosco Lobo. Os arranjos políticos na construção da fronteira oeste, 1850 – 1893. **Outras Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 197-211, ago./set. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Gabriel de Miranda Soares. **O Ensino de Geografia na Fronteira Oeste do Mato Grosso com a Bolívia:** Práticas curriculares e pedagógicas de professores no município de Cáceres – MT. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2021.

SILVA, Vanda da. Quem é quem na posse das terras na Capitania de Mato Grosso. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL PEQUENA NOBREZA NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS DE ANTIGO REGIME. Lisboa, 2011. **Anais** [...]. Lisboa, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre o espaço e poder autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; et al. (Orgs.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. Diversidade territorial na área fronteiriça de Mato Grosso e Bolívia. *In*: SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. (Org.). **Estudos regionais sul-americanos:** sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 13-32.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. Populações em movimento na fronteira Brasil – Bolívia: estranhamentos e interações no campo do trabalho. *In*: LEITE, José Carlos; BORSANI, María Eugenia; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de. (Orgs.). **Deslocamentos teóricos e populacionais**: fronteiras epistêmicas e geográficas. Cuiabá: EdUFMT, 2018a. p. 41-54.

SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso (Org.). Análise comparativa entre sistemas produtivos rurais do Oeste mato-grossense e Leste boliviano. **Estudos Regionais sul-americanos, economia e dinâmica territorial na área central do continente.** Cuiabá, EdUFMT, 2018b.

SOUZA HIGA, Tereza Cristina Cardoso; et al. Processo de ocupação e formação territorial. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. 2017.

TAVARES, José Wilson. **Várzea Grande**: História e tradição. Cuiabá: KCM Editora, 2011.

Submetido em: 11 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 13 de julho de 2022.
Aprovado em: 18 de julho de 2022.

Como citar este artigo:

SILVA, G. D. M. S. .; NORA, G. D. Espaços da fronteira em Mato Grosso: : olhares geográficos. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 61–95, Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2293.